Banco Crédit Agricole Brasil S.A.

CNPJ nº 75.647.891/0001-71

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutarias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	2015	2014
Circulante	**5.676.724**	**5.641.130**
Disponibilidades	3.381.485	2.859.650
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.256.539	1.059.778
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.256.539	1.059.778
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	562.025	1.099.193
Carteira própria	258.275	884.621
Vinculados a prestação de garantias	67.627	76.270
Instrumentos financeiros derivativos	236.133	138.333
Relações interfinanceiras	1.847	1.847
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.847	1.847
Depósitos no Banco Central	2.689	3.001
Relações com correspondentes	2.689	3.001
Operações de crédito	414.328	620.063
Operações de crédito - setor privado	963.139	1.422.262
Financiamento à exportação	963.139	1.422.262
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(548.811)	(802.199)
Outros créditos	2.380.485	2.059.602
Carteira de câmbio	1.354.265	2.975.660
Rendas a receber	955	1.270
Negociação e intermediação de valores	8.207	5.595
Diversos	1.017.158	1.067.078
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7750)	(9.701)
Outros valores e bens	678	533
Despesas antecipadas	678	533
Realizável a longo prazo	**99.138**	**31.662**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.592	10.140
Carteira própria	19.592	10.140
Instrumentos financeiros derivativos	30.347	
Financiamentos	30.347	
Outros créditos	48.408	21.522
Carteira de câmbio	35.819	9.299
Diversos	12.589	12.223
Permanente	**18.117**	**15.186**
Investimentos	18.117	15.186
Participações em coligadas e controladas	17.990	15.059
No país	17.990	15.059
Outros investimentos	127	127
Imobilizado de uso	4.908	4.496
Imobilizações de uso	4.908	4.496
(-) Depreciações acumuladas	(4.790)	(4.369)
Total do ativo	**5.795.837**	**5.889.382**

Passivo	2015	2014
Circulante	**5.095.629**	**4.980.562**
Depósitos	420.425	832.418
Depósitos à vista	4.724	11.716
Depósitos interfinanceiros		1.216
Depósitos a prazo	415.701	819.486
Recursos de aceites e emissão de títulos	591.955	829.981
Recursos de letras de crédito agrícola	571.351	641.860
Obrigação por emissão de letras financeiras	74.754	186.295
Relações interfinanceiras	1.847	1.847
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.847	1.847
Obrigações por empréstimos	1.388.543	624.899
Empréstimos no exterior	1.388.543	624.899
Instrumentos financeiros derivativos	86.413	83.426
Instrumentos financeiros derivativos	86.413	83.426
Outras obrigações	2.180.488	2.450.254
Carteira de câmbio	1.354.265	2.975.660
Sociais e estatutárias	2.124.794	2.347.011
Fiscais e previdenciárias	93.485	87.629
Diversas	16.885	16.419
Negociação e intermediação de valores	8.233	8.193
Exigível a longo prazo	**700.208**	**909.820**
Recursos de letras de crédito agrícola	368.714	162.442
Obrigação por emissão de letras financeiras	331.494	747.378
Depósitos a prazo	16.590	41.378
Obrigação por empréstimos e emissão de títulos	314.904	706.000
Obrigação por empréstimos no exterior	314.904	706.000
Instrumentos financeiros derivativos	83.735	39.053
Instrumentos financeiros derivativos	83.735	39.053
Outras obrigações	53.233	15.683
Fiscais e previdenciárias	37.573	9.221
Fiscais e previdenciárias	7.650	7.234
Diversas	15.660	6.462
Resultados de exercícios futuros	**1.000**	**1.000**
Patrimônio líquido	**766.662**	**746.272**
Capital social	1.000.000	1.000.000
De domiciliados no exterior	684.495	684.495
De domiciliados no país	315.505	315.505
Ajuste de avaliação patrimonial	(46)	(46)
Lucros acumulados	14.186	13.312
Total do passivo	**5.795.837**	**5.889.382**

Demonstrações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	684.495	11.164	37.111		190	732.960
Ajuste de avaliação patrimonial				(46)		(46)
Lucro do semestre					13.312	13.312
Saldos em 30 de junho de 2014	684.495	11.164	37.111	(46)	13.502	746.226
Saldos em 31 de dezembro de 2014	684.495	13.191	54.884	(161)	752.409	
Ajuste de avaliação patrimonial				115		115
Lucro do semestre					14.186	14.186
Saldos em 30 de junho de 2015	684.495	13.191	54.884	(46)	14.186	766.662

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas de intermediação financeira	**469.634**	**1.012.294**
Operações de crédito	453.923	1.000.581
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	114.699	96.526
Resultado de operações com instrumentos derivativos	111.919	(22.674)
Resultado de operações com câmbio	110.975	
Despesas de intermediação financeira	**(260.063)**	**(54.910)**
Operações de captação no mercado	(215.155)	(54.910)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(215.155)	47.917
Resultado de operações de câmbio		(264.611)
Resultado de operações de arrendamento mercantil	(44.908)	(1.126)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(26.264)**	**(17.292)**
Receitas de prestação de serviços	13.624	12.993
Dispêndios de pessoal	(26.256)	(25.236)
Outras despesas administrativas	(12.541)	(10.554)
Despesas tributárias	(1.439)	(1.969)
Resultado de participações em coligadas e controladas	49	(1.908)
Outras receitas operacionais	2.325	4.237
Outras despesas operacionais	(12.026)	(14.855)
Resultado operacional	**25.897**	**24.989**
Resultado não operacional	**(1.000)**	**(1.000)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**24.897**	**23.989**
Imposto de renda e contribuição social	(10.774)	(10.986)
Provisão para impostos de renda	(8.068)	(8.564)
Provisão para contribuição social	(5.911)	(5.759)
Ativo fiscal diferido	3.205	3.337
Participações dos empregados	(157)	(157)
Lucro líquido do semestre	14.186	13.311
Lucro líquido por ação - R$	0,000124	0,000116

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro líquido do semestre	14.186	13.312
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.509	(152)
Provisão para perdas	937	1.908
Provisão para garantias	50.739	(996.797)
Provisão para perdas em garantias	40.564	796.637
Provisão para IR e CS diferidos	(4.977)	(4.671)
Reversão de provisão	(15)	(168)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	6.732	696
Reversão de provisões para contingências fiscais e trabalhistas	(1.440)	(580)
Provisão para participações	157	157
Marcação a mercado de TVM e derivativos	12.832	23.776
Depreciação e amortização	194	187
Resultado de participações em coligadas	(49)	1.908
(Ganho) Perdas na alienação de valores e bens		70
Caixa líquido gerado/(aplicado)	35.563	38.390
Geração de ativos e passivos		
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	41.618	234.338
Redução em aplicações em títulos e instrumentos financeiros derivativos (latrocínios)	507.739	(996.797)
Redução em aplicações interfinanceiras (latrocínios)	40.564	796.637
Aumento/ Redução em outros créditos	1.120.847	(2.120.981)
Aumento/ Redução em outros valores e bens	(228)	1.224
Aumento em relações interdependentes (latrocínios)	605	3.724
Redução em depósitos	(412.000)	(1.000.000)
Redução/ Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	447.386	1.127.000
Redução em outros obrigações	(1.668.494)	1.988.800
Aumento/ Redução em outros passivos	244.488	284.488
Aumento em resultados de exercícios futuros		1.000
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(267.630)	(17.752)
Atividades de investimento		
Redução de investimento	(506)	(196)
Aquisição de imobilizado de uso		(1.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(506)	(1.196)
Atividades de financiamento		
Aumento líquido em capital e depósito para futuro aumento de capital	(3.113)	(23.699)
Aumento líquido em recursos de aceites e emissão de títulos	(237.026)	6.170
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	521.865	21.713
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.311.461	1.102.968
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.833.326	1.124.681

continua

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., é um banco múltiplo, autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank (CACIB) e indireta do Crédit Agricole S.A. (CA) e do Crédit Agricole Investment Bank Holding (CAIBH), controladas pelo CA, com sede na França.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam interjurisdicionalmente no mercado financeiro e bancário internacional. Certas operações têm a contribuição e/ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e suas ligadas são cobrados de forma compatível com os preços de mercado, segundo a praticabilidade e a consolidação de fluxos serem atribuídos em conjunto nos demonstrativos.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09 e normas emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em moeda corrente nacional, arredondados com base em julgamento. Itens significativos são individualizados e demonstrados separadamente, as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, as obrigações e as receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelos seus montantes totais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados em 30 de junho de 2015, devido a probabilidade de ocorrerem eventos adicionais com poder de julgamento. Itens significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, avaliação a mercado de instrumentos financeiros e impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados em 30 de junho de 2015, devido a probabilidade de ocorrerem eventos adicionais com poder de julgamento.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de agosto de 2015.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as operações financeiras.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados que são reconhecidas pelo critério linear e operações de câmbio calculadas com base no método linear.

As receitas e despesas de natureza não financeira são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes são apropriadas pelo critério linear, exceto aquelas não representativas de direitos e obrigações, as operações com taxas pós-fixadas e as operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações de compra e venda de títulos e instrumentos financeiros, compromissos de curto prazo - com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por saldos de contas de disponibilidades e aplicações.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o caixa e equivalentes de caixa estam compostos:

	2015	2014
Caixa e saldos em bancos-moeda nacional	3.381.485	2.859.650
Aplicações interfinanceiras de liquidez	54.760	63.632
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.777.261	1.060.494
Caixa e equivalentes de caixa	**5.213.506**	**3.983.776**

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas das perdas estimadas para ajuste ao valor de mercado.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem alienados e frequentemente negociados, pelo valor de mercado, sendo os resultados de ajuste ao mercado reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São ofertados, dentro dos limites fixados pela política de investimento e gerenciamento de riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são reconhecidos em contrapartida de conta de resultado do período, independentemente de qualquer outro ajuste de desvalorização contabilizado em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (descontados os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos com o propósito de manter a intenção e capacidade financeira de manter-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, líquidos de perdas estimadas para ajuste ao valor provável de realização, imediatamente computados no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuros, operações a termo e operações de swap são classificados como operações de hedge e compreendem:

- operações de futuros - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriadas diariamente como receita ou despesa;
- operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do ativo na data da contratação, multiplicado pela quantidade de ativos objeto do contrato, pro rata dia;
- operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, no mínimo por ocasião do balanço, a valor de mercado, constituindo a valorização ou a desvalorização conforme seja:

- instrumentos financeiros considerados como hedge - a contrapartida deverá ser conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado no hedge de fluxo de caixa;
- Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos itens objeto de hedge devem ter seus efeitos de ajuste a mercado reconhecidos simultaneamente no resultado do período.

Os hedges de risco de mercado são classificados como operações de hedge de fluxo de caixa, quando a variação no valor de mercado do item objeto de hedge. Sua valorização ou desvalorização não é reconhecida, pois é considerada como parte integrante do hedge de fluxo de caixa.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização do instrumento derivativo é registrada em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida no resultado do período, pelo seu valor líquido.

Em 30 de junho de 2015 e 2014 os hedges de risco incluem instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de fluxo de caixa.

e) Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito, nas suas diversas modalidades estão registradas ao valor principal, incorporando os rendimentos auferidos e as variações monetárias incorridas, deduzidas das amortizações.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao grau de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, os setores econômicos e a capacidade econômica e financeira do devedor. Em Portaria nº 2.682, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, a partir de janeiro de 1999, a Portaria nº 2.682 revogou.

As operações classificadas como "normal" e "normal em atraso" são provisionadas em percentuais variáveis baseadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As operações renegociadas que estavam classificadas em níveis de risco mais baixos são mantidas em níveis de risco mais baixos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

Periodicamente uma perda por impairment é reconhecida quando o valor de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por impairment.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou por preço justo, quando aplicável.

h) Imobilizado e Intangível

Compreendem os direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O imobilizado de uso é representado por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. O imobilizado de uso é representado por bens como: sistemas de processamento de dados e sistemas de processamento de dados e 100% a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a. a.

i) Depósitos e captações no mercado aberto

Estão registrados pelos valores de captação, acrescido de rendimentos incorridos.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

k) Impostos de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil anuais (R$ 20 mil por mês no semestre). A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15%.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O Banco possui ações de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso da Governança de Clientes, e com estimativa compatível com a natureza das ocorrências e/ou pedidos de indenização formulados por clientes, a qual compreende:

- Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente dos área de Risco de Crédito;
- Investimentos em sistemas próprios de Identificação, Mensuração, Avaliação e Classificação dos riscos de crédito por qualidade de carteira ("Rating");
- Ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
- Gerenciamento Contínuo de Risco de Crédito, através de monitoramento de clientes e de relatórios periódicos da performance da carteira do Banco - incluindo testes de estresse - apresentados para a Administração;
- A política de concessão de crédito está formalizada e consolidada em manuais específicos (rito, prazos, limites de dimensionamento de limites de crédito compatível com a capacidade financeira dos clientes e exigência de garantia, dos níveis de alçadas e competências para aprovação de operações).

A política com a descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Risco de mercado

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados pelos valores de custo, líquidos de ajustes a mercado e/ou de provisão, quando aplicável, conforme critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os limites aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado são revisados, no mínimo, anualmente.

A política com a descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Risco de taxas de juros

Os principais indicadores econômicos que impactam as taxas de juros pré-fixada, taxa de juros pós-fixada e índices SELIC, DI, percepção à variação cambial de moedas, libor, euribor e cupom cambial.

O Banco adota um sistema de controle de risco de mercado de taxas de juros e de câmbio, de acordo com a coleta de preços referencias de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é calculado pelo fluxo de caixa descontado, a partir da curva de taxas vez posuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários prespresifrutatas de taxa de juro, efetua-se o cálculo do valor presente.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento devidos. O controle de risco de liquidez é realizado por meio de acompanhamento da estrutura de descasamentos do Banco, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativa de renovação de carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente os principais de liquidez vinondos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de liquidez e de concentração de liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Risco operacional

Definido pela Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional de 29 de junho de 2006, como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento inadequado de pessoas, ocorrência de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A.

A área de Controles Permanentes e Conformidade, que reporta diretamente ao Diretor Geral e ao Diretor Presidente, sendo responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e controle dos riscos operacionais e de controles permanentes sobre as demais áreas.

Os processos são mapeados pela Administração do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. discute os diagnósticos apresentados pela área de Controles Permanentes e Risco Operacional, assim como as consequências apóes a sem implementação, se necessário.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Risco de capital

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as operações de crédito estão compostas como segue:

	2015	2014
Empréstimos	1.411.778	1.704.703
Financiamentos	30.347	
Financiamento à exportação	963.139	1.557.893
Rendas a receber sobre adiantamentos concedidos (nota 8)	1.139.095	1.457.480
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8)	1.354.265	2.975.660
Total	**5.098.624**	**7.695.736**
Circulante	1.768.359	1.778.762
Longo prazo	3.330.265	5.917.974

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as operações de crédito estão compostas como segue:

	2015		2014	
	Operações de crédito	Outros créditos	Operações de crédito	Outros créditos
Saldo no início do semestre	802.023	20.970	1.000.000	1.000.000
Reversões líquidas	(250)	(770)	(1.000)	(1.000)
Baixas			(1.000)	
Saldo no final do semestre	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000

4. Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as operações de câmbio estão compostas como segue:

	2015	2014
Ativo		
Direitos sobre vendas de câmbio	1.024.756	1.210.153
Câmbio comprado a liquidar	1.362.243	1.765.507
(-) Adiantamento em moeda estrangeira	(1.857)	(135)
(-) Perdas estimadas por risco de câmbio	(1.000)	(1.000)
Rendas a receber (adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 7)	9.133	9.135
	2.393.274	2.983.660
Passivo		
Obrigações por compras de câmbio	1.055.407	1.362.418
Câmbio vendido a liquidar	1.362.243	1.765.507
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7)	(1.131.908)	(1.144.265)
	1.285.742	1.983.660
5. Outros créditos - diversos		
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	6.066	1.401
Créditos tributários (Nota 24b)	11.614	7.427
Adiantamentos e antecipações salariais	1.302	1.302
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 11a)	1.699	1.672
Devedores por depósitos em garantia	1.184	1.284
Sinistros a liquidar		1.000
Outros	22.830	13.130
Realizável a longo prazo		
Impostos e contribuições a compensar	7.018	6.780
Devedores por depósitos em garantia (Nota 21)	5.570	5.442
Pagamentos a ressarcir	17.881	17.259
	57.265	55.697

6. Outros valores e bens

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os valores e bens estão compostos como segue:

	2015	2014
Despesas antecipadas	678	533
Seguros a vencer	678	533
Total	**678**	**533**

7. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	2015			2014		
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	Operações de crédito	Outros créditos	Total
Saldo no início do semestre	(802.023)	(8.499)	(9.989)	(410)	(4.003)	(5.271)
Reversões líquidas	250	770	1.020	1.000	1.000	2.000
Baixas				1.000		1.000
Saldo no final do semestre	(550)	(7.729)	(10.969)	(410)	(3.003)	(2.271)

8. Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as operações de câmbio estão compostas como segue:

	2015	2014
Ativo		
Direitos sobre vendas de câmbio	1.024.756	1.210.153
Câmbio comprado a liquidar	1.362.243	1.765.507
(-) Adiantamento em moeda estrangeira	(1.857)	(135)
(-) Perdas estimadas por risco de câmbio	(1.000)	(1.000)
Rendas a receber (adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 7)	9.133	9.135
	2.393.274	2.983.658
Passivo		
Obrigações por compras de câmbio	1.055.407	1.362.418
Câmbio vendido a liquidar	1.362.243	1.765.507
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7)	(1.131.908)	(1.144.265)
	1.285.742	1.983.660

9. Outros créditos - diversos

	2015	2014
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	6.066	1.401
Créditos tributários (Nota 24b)	11.614	7.427
Adiantamentos e antecipações salariais	1.302	1.302
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 11a)	1.699	1.672
Devedores por depósitos em garantia	1.184	1.284
Sinistros a liquidar		1.000
Outros	22.830	13.130
Realizável a longo prazo		
Impostos e contribuições a compensar	7.018	6.780
Devedores por depósitos em garantia (Nota 21)	5.570	5.442
Pagamentos a ressarcir	17.881	17.259
	57.265	55.697

10. Outros valores e bens

	2015	2014
Despesas antecipadas	678	533
Seguros a vencer	678	533
Total	**678**	**533**

11. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	2015			2014		
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	Operações de crédito	Outros créditos	Total
Saldo no início do semestre	(802.023)	(8.499)	(9.989)	(410)	(4.003)	(5.271)
Reversões líquidas	250	770	1.020	1.000	1.000	2.000
Baixas				1.000		1.000
Saldo no final do semestre	(550)	(7.729)	(10.969)	(410)	(3.003)	(2.271)

12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

O Banco possui registrado em seu ativo o montante de R$ 2.721 (R$ 2.646 em 2014), referente ao PIS e COFINS pagos indevidamente, que foram objeto de ação judicial, cujo processo encontra-se em fase de execução, mas aguardando julgamento sobre a forma de compensação e R$ 27.493 (R$ 4.131 em 2014) referente a ações judiciais ajuizadas pelo Banco, cujo processo encontra-se em fase de execução, mas aguardando julgamento sobre a possibilidade de compensação com outros tributos.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2015, o Banco mantém o montante de R$ 17.859 (R$ 6.462 em 2014) registrado como provisão para contingências fiscais e trabalhistas, cujos processos encontram-se em fase de execução, sendo R$ 2.196 (R$ 1.724 em 2014) (nota 15) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do FGTS - Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, sendo R$ 10.209 (R$ 4.328 em 2014) (nota 15 d) referente à provisão para perda de garantias prestadas, R$ 5.484 (R$ 410 em 2014) referente a processos administrativos de natureza tributária e R$ 1.970 referente a processos 2003 referente saldo negativo de IRPJ de 2002 não reconhecida pela Receita Federal.

Movimentação das provisões para contingências no semestre está abaixo apresentada:

	2015	2014
Saldo no início do semestre	11.558	6.362
Reversões líquidas	1.440	580
Reversões/baixas	(1.440)	(580)
Saldo no final do semestre	11.558	6.362

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2015, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por demandas judiciais de natureza fiscal no montante de R$ 55.953 (R$ 21.000 em 2014), referentes a questionamento das autoridades fiscais quanto a recolhimentos de Imposto de Renda Retido na Fonte; dos processos de natureza previdenciária no montante de R$ 1.000 (R$ 8.813 em 2014) e um processo de natureza cível no montante de R$ 352 (R$ 0 em 2014).

d) Obrigações legais fiscais

Os processos relevantes em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

e) Informações de natureza tributária

a) Composição das despesas com impostos e contribuições

b) Reconciliação da despesa com imposto e contribuição social

	2015	2014
Despesa de imposto de renda - corrente	(8.068)	(8.564)
Despesa de contribuição social - corrente	(5.911)	(5.759)
Alíquotas fiscais diferidas de imposto de renda	3.111	2.721
Alíquotas fiscais diferidas de contribuição social	2.094	1.616
Despesas tributárias	(11.774)	(10.986)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	24.897	23.989
Imposto de renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(6.462)	(6.236)
Contribuição Social - alíquota de 15%	(3.735)	(3.599)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(527)	(1.000)
Adições permanentes	(1.000)	(1.000)
Exclusões permanentes	473	0
Outras adições e exclusões	(1.000)	
Despesas de contribuição Social do semestre	(10.774)	(10.986)
(i) Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 120 no semestre.		

13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

O Banco possui registrado em seu ativo o montante de R$ 2.721 (R$ 2.646 em 2014), referente ao PIS e COFINS pagos indevidamente, que foram objeto de ação judicial, cujo processo encontra-se em fase de execução, mas aguardando julgamento sobre a forma de compensação e R$ 27.493 (R$ 4.131 em 2014) referente a ações judiciais ajuizadas pelo Banco, cujo processo encontra-se em fase de execução, mas aguardando julgamento sobre a possibilidade de compensação com outros tributos também.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, no montante de R$ 17.859 (R$ 6.462 em 2014) referentes a processos judiciais e processos contingentes.

Em 30 de junho de 2015, o Banco mantém o montante de R$ 17.859 (R$ 6.462 em 2014) registrado como provisão para contingências fiscais e trabalhistas, cujos processos encontram-se em fase de execução, sendo R$ 2.196 (R$ 1.724 em 2014) (nota 15) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para